



## SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	ACESSO ELITIZADO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: Sobre a Ínfima Atuação Brasileira Acerca das Violações Cotidianas na “Justiça” Juvenil
<b>Autor</b>	DANIELA DORA EILBERG
<b>Orientador</b>	ANA PAULA MOTTA COSTA

## **ACESSO ELITIZADO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS: Sobre a Ínfima Atuação Brasileira Acerca das Violações Cotidianas na “Justiça” Juvenil.**

**Autora: Daniela Dora Eilberg**

**Orientadora: Ana Paula Motta Costa**

**Instituição de Origem: Faculdade de Direito da UFRGS**

O contexto global é particularmente denso quanto às demandas acerca da comunidade internacional organizada. A América Latina é tida historicamente como um dos grandes palcos de exclusão e desigualdade social, sobre o qual acabam por transparecer incontáveis violações. Assim, delineia-se um cenário de inúmeras tentativas de preservação e promoção dos direitos humanos, em que Tratados Internacionais são criados e retificados e mecanismos de direitos humanos regionais e internacional são desenvolvidos.

Novos sujeitos dotados de direitos surgem – como o caso das crianças e dos adolescentes, que passam a ser foco de pautas protetivas dos movimentos internacionais. O processo de democratização dos Estados latino-americanos proporcionou a incorporação de importantes instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos; contudo, este processo de transição à democracia restou inacabado, e constantes são os episódios de violências institucionalizadas, como o massacre do Carandiru, da Candelária, de Vigário Geral, de Corumbiara e El Dourado dos Carajás, assim como diários são os extermínios da juventude, promovidos com protagonismo pelos agentes estatais.

Em paralelo, o medo social se alastra e temáticas como a criminalização da juventude e o funcionamento do sistema socioeducativo são reduzidas ao palco de pautas políticas eleitoreiras no Congresso. A função judicial de correção dos adolescentes desviante leva ao alto encarceramento, de modo que surgem problemas como o de superpopulação carcerária e, conseqüentemente, graves violações à dignidade da pessoa humana.

Os objetivos deste trabalho centram-se em identificar a posição assumida pelo Brasil perante a comunidade internacional – relacionando-o ao movimento interno quanto à codificação e o rumo político nacional –, bem como mapear os dados brasileiros em comparação com os outros países americanos, observando suas conseqüências práticas.

Para tanto, utilizam-se os métodos dedutivo e dialético. Inicialmente, realiza-se uma revisão bibliográfica quanto ao panorama normativo internacional de direito juvenil e o funcionamento atual do sistema interamericano. Em seguida, utiliza-se a pesquisa quantitativa, com uma amostra de 1995 a 2015, a partir de critérios que abrangem: (i) condenações em casos contenciosos perante a Corte IDH; (ii) soluções amistosas; (iii) implementação das recomendações e decisões do sistema interamericano de direitos humanos; (iv) recomendações da CIDH com alto impacto e repercussão no país. Por fim, faz-se uma análise qualitativa, a partir da técnica comparativa referente aos casos mais relevantes na temática.

Os resultados parciais permitem constatar a ausência de cultura brasileira em acessar os órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, quando em comparação a estatísticas gerais de países latino-americanos, disponibilizadas pelo órgão americano. As violações no sistema juvenil de nosso país são cotidianas e extensas, mas a atuação internacional, no que tange às táticas no sistema interamericano, mostra-se extremamente escassa e elitizada. A busca pelo desenvolvimento de uma postura mais atuante de nosso país, mediante litígios estratégicos, é imprescindível; todavia, deve ser acompanhada pelo fomento das políticas públicas, a fim de permitir maior implementação de soluções para a proteção das crianças e dos adolescentes, as quais são vítimas da violência institucionalizada do sistema socioeducativo brasileiro.